

Nestes termos, atendendo ao estipulado na alínea a), do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 376/84, de 30 de novembro:

DECLARO, ao abrigo dos poderes conferidos pelo Despacho n.º 8142-A/2013, de 20 de junho, publicado no DR n.º 118, II Série, de 21 de junho, e nos termos da lei, a CADUCIDADE do alvará n.º 263, de 14 de agosto de 1952, bem como da carta de estanqueiro n.º 2828, de 2 de outubro de 1986, porquanto a atividade titulada por esta última está dependente da renovação do referido alvará, encontrando-se, deste modo, vedado o exercício da atividade de fabrico e comércio de produtos explosivos a “José Martins Basto”.

Não tendo, o titular dos alvarás procedido à entrega dos originais do alvará n.º 263 e da carta de estanqueiro n.º 2828, foi o mesmo notificado pessoalmente que lhe ficou vedado o exercício da atividade de fabrico e comércio de produtos explosivos, bem como da obrigação de proceder à entrega dos referidos alvarás no Departamento de Armas e Explosivos (DAE) da PSP.

Ficando, ainda, obrigado a proceder à remoção de todos os produtos explosivos que se encontrem no estabelecimento, sito no Lugar de Crasto, freguesia de Ponte (S. Vicente), concelho de Vila Verde, distrito de Braga, no prazo que for estipulado para o efeito, sob pena de, em caso de incumprimento, incorrer no crime de desobediência, p.p. no artigo 348.º do Código Penal, com pena de prisão até um ano ou pena de multa até 120 dias, em caso de desobediência simples ou, em pena de prisão até 2 anos ou pena de multa até 240 dias, no caso de desobediência qualificada.

Atendendo a que a proprietária - Maria Delfina Guedes - se pronunciou no âmbito do procedimento encetado pela PSP, para efeitos de renovação dos alvarás em apreço, foi acautelada a sua notificação, ficando, por isso, também ela ciente de que se encontra vedado o exercício das atividades que tais documentos titulavam, pese embora os alvarás se encontrem, por arrendamento, em nome de “José Martins Basto”.

29 de novembro de 2013. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, *Fernando Manuel de Almeida Alexandre*.

207437634

Secretaria-Geral

Despacho n.º 15995/2013

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 23.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, para efeitos de eventual renovação da comissão de serviço, os titulares dos cargos de direção intermédia, darão conhecimento do termo da respetiva comissão de serviço ao respetivo dirigente máximo, com a antecedência mínima de 90 dias.

Considerando que a dirigente em apreço cumpriu o estipulado quanto ao termo da comissão de serviço e apresentou o relatório de demonstração das atividades prosseguidas e resultados obtidos, o qual foi objeto de análise circunstanciada;

Considerando que no exercício do cargo alcançou bons resultados e demonstrou capacidades de liderança, de gestão e compromisso com o serviço público, com respeito pelas normas jurídicas, éticas e deontológicas;

Torno público, que por meu despacho de 21 de novembro de 2013, proferido ao abrigo do n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, foi renovada a comissão de serviço da licenciada Teresa Maria Alvarez Lima Costa no cargo de Diretora de Serviços de Planeamento, Controlo e Inovação.

29 de novembro de 2013. — A Secretária-Geral do Ministério da Administração Interna, *Nelza Florêncio*.

207434637

Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública

Édito (extrato) n.º 533/2013

Nos termos do artigo 30.º do estatuto deste Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública, aprovado pela Portaria 18 836, de 24 de novembro de 1961, corre édito, por 30 dias, a contar da data da publicação deste anúncio, convidando herdeiros habéis, de harmonia com o artigo 25.º do estatuto, que se julguem com direito aos subsídios,

por morte, legados pelos subscritores falecidos abaixo mencionados, a apresentarem documentos justificativos desse direito.

N.º 379 — Francisco Manuel Ramires Gonçalves.

N.º 411 — Manuel Oliveira.

N.º 2221 — Manuel Duarte Ferreira.

N.º 2356 — António Júlio Gonçalves.

N.º 2475 — Abel Correia Almeida Vaz.

N.º 2891 — Victor Vieira de Medeiros.

N.º 3311 — José Patrocínio Antunes Rijo.

N.º 3339 — Elvino Batalha Antunes.

N.º 4290 — Raúl Santos Silva.

N.º 4638 — José de Oliveira Chaveiro.

N.º 5329 — Francisco da Silva Oliveira.

N.º 6420 — António Rosa Alves.

N.º 7248 — Gaspar Jaime Lagoa.

N.º 8683 — Armando Santos.

N.º 9458 — António Nascimento.

N.º 9506 — António Batista Rodrigues.

N.º 10038 — José Marques Bastos.

N.º 13453 — António Resende Rego.

N.º 15456 — José Pinheiro Magalhães.

N.º 15512 — António Santos Barreira.

N.º 15749 — Avelino Alberto de Magalhães.

N.º 15766 — Mário Pinheiro.

N.º 16109 — Anselmo Joaquim Melo.

N.º 16257 — Ernesto Rodrigues Costa.

N.º 16277 — Alvarinho Araújo de Abreu.

N.º 16715 — Manuel Minguéns Maria.

N.º 17165 — Manuel Custódio Martins.

N.º 18058 — Luís Carlos Saraiva Clara.

N.º 19726 — João António Frade.

N.º 20274 — Jorge Manuel Pereira Alemão.

N.º 22490 — Manuel Joaquim.

N.º 22653 — Fernando Alves Teixeira.

N.º 23000 — João Augusto Violas.

N.º 24791 — Mário Delfim Peixoto.

N.º 24929 — Ramiro Nunes Ribeiro.

N.º 25764 — Elvino Augusto Garcia Cardoso.

N.º 27505 — Jorge Manuel Marques Cardoso.

N.º 30948 — Fernando Paulo Tábuas Pacheco.

N.º 34531 — José Manuel Marques Teixeira Santos.

N.º 41823 — Pedro José Carvalho Salgueiro.

28 de novembro de 2013. — O Secretário-Geral, *Jorge Filipe Guerreiro Cabrita*, superintendente.

307433008

Polícia de Segurança Pública

Direção Nacional

Despacho (extrato) n.º 15996/2013

Por despacho de 6 de novembro de 2013, de Sua Ex.^a o Diretor Nacional e por terem cessado os fundamentos de suspensão da eficácia, é nomeado na categoria de Chefe Principal, através de procedimento concursal n.º 1/2012, o Chefe M/131419 — António Manuel Pires Sardinha, da Polícia Municipal de Lisboa, ocupando o seu lugar n.º 234.º, na Lista de Classificação Final do Concurso, com efeitos reportados a 18 de abril de 2013, considerando a exceção prevista no n.º 4, do Artigo 35.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

28 de novembro de 2013. — O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, *Manuel João*, técnico superior.

207436168

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extrato) n.º 15997/2013

Por meu despacho de 29 de novembro de 2013:

Ernesto José Ribeiro Pimentel, Escrivão Auxiliar do Tribunal de Comarca de Felgueiras — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal de Comarca de Santo Tirso;

Carla Marisa Teixeira Miguel Leite, Escrivã Auxiliar do Tribunal de Comarca de Santo Tirso — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal de Comarca de Felgueiras.

Prazo para início de funções: 2 dias.

29 de novembro de 2013. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

207438136

Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.

Aviso (extrato) n.º 15023/2013

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P., de 8 de novembro de 2013, e nos termos do n.º 4, do artigo 27.º do Estatuto de Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as respetivas alterações), foi determinada a cessação da designação, em regime de substituição, do licenciado António Luís Neto, no cargo de diretor do Departamento de Gestão Financeira, com efeitos a 30 de novembro de 2013.

2 de dezembro de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Carlos Brito*.

207439798

Aviso (extrato) n.º 15024/2013

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P., de 15 de fevereiro de 2013, e nos termos do n.º 4, do artigo 27.º do Estatuto de Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as respetivas alterações), cessou a licenciada Anabela Morais Varziela Soares Ferreira, a seu pedido, o exercício do cargo dirigente que ocupava, em regime de substituição, como coordenadora do Núcleo de Arquitetura e Sistemas de Informação para a Área dos Registos, do Departamento de Arquitetura de Sistemas, com efeitos a 28 de fevereiro de 2013.

2 de dezembro de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Carlos Brito*.

207439724

Despacho (extrato) n.º 15998/2013

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P., de 11 de novembro de 2013, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que aprovou o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Local e Regional do Estado (EPD), e tendo em conta a vacatura do lugar, é nomeada, em regime de substituição, para garantir o regular funcionamento do serviço, no cargo de Diretora do Departamento de Gestão de Empreendimentos, a licenciada Maria Anete Gomes Faria, técnica superior do mapa de pessoal da Câmara Municipal Setúbal, por reunir os requisitos legais para o preenchimento do cargo e deter a competência técnica e aptidão para o exercício das funções, com efeitos a 15 de novembro de 2013.

2 de dezembro de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Carlos Brito*.

207439416

Polícia Judiciária

Despacho (extrato) n.º 15999/2013

Por despacho de 26.11.2013 do Diretor Nacional da Polícia Judiciária:

Ângela Maria Gomes Alves de Magalhães Bastos Pires, assistente operacional do mapa de pessoal da Polícia Judiciária, na situação de licença sem remuneração — autorizado o regresso ao serviço. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de novembro de 2013. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*.

207432085

Despacho (extrato) n.º 16000/2013

Por despacho de 25.11.2013 do Diretor Nacional da Polícia Judiciária:

Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e nas demais disposições legais aplicáveis, é delegada no Coordenador de Investigação Criminal no Departamento de Investigação Criminal de Ponta Delgada, licenciado João Manuel Alves de Oliveira, a competência para autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao montante de 49 000€, no âmbito dos respetivos serviços.

Nos termos do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, são ratificados todos os atos que tenham sido praticados no âmbito da competência agora delegada ou que venham a ser praticados até à data da publicação do presente despacho.

27 de novembro de 2013. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*.

207436151

Despacho (extrato) n.º 16001/2013

Por despacho de 25.11.2013 do Diretor Nacional da Polícia Judiciária:

Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e nas demais disposições legais aplicáveis, é delegada no Coordenador de Investigação Criminal no Departamento de Investigação Criminal de Ponta Delgada, licenciado João Manuel Alves de Oliveira, a competência para, no âmbito disciplinar, instaurar processos de inquérito, sindicância e averiguações.

Nos termos do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, são ratificados todos os atos que tenham sido praticados no âmbito da competência agora delegada ou que venham a ser praticados até à data da publicação do presente despacho.

27 de novembro de 2013. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*.

207436192

Despacho (extrato) n.º 16002/2013

Por despacho de 29.11.2013 do Diretor Nacional da Polícia Judiciária:

Doutor Pedro Jorge Nunes Pombo, inspetor de escalão 5 da Polícia Judiciária, na situação de licença sem vencimento de longa duração — autorizado o regresso ao serviço. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de dezembro de 2013. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*.

207439838

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Instituto do Turismo de Portugal, I. P.

Aviso (extrato) n.º 15025/2013

Cessaçã o de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se pública a denúncia do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a pedido da própria, licenciada Ana Rita Belo Assis dos Santos Nobre Leitão, técnica superior do mapa de pessoal do Turismo de Portugal, I. P., colocada entre a 6.ª e a 7.ª posição remuneratória e entre o nível remuneratório 31 e 35 da tabela remuneratória única da carreira geral de técnico superior, a que corresponde a remuneração base mensal de 2.094,01 €, com efeitos a 18 de novembro de 2013.

2 de dezembro de 2013. — A Vice-Presidente do Conselho Diretivo, *Maria Teresa Rodrigues Monteiro*, por delegação de competências.

207438111